

ROBERTO FREIRE

DEPUTADO FEDERAL

BOLETIM PARLAMENTAR ANO I

“Sinto-me orgulhoso por ser representante de São Paulo na Câmara Federal. E sem falsa modéstia, tenho honrado meu mandato de deputado”

O ano legislativo de 2011 foi de trabalho intenso para Roberto Freire. O parlamentar, que cumpre seu sexto mandato como deputado federal, desta vez pelo Estado de São Paulo, tem honrado o cargo para o qual foi eleito.

Sua atuação é marcada pela coerência entre seus discursos e ações e pelo forte posicionamento diante das principais discussões da conjuntura política, sejam elas de âmbito nacional ou regional.

Membro da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Federal e Presidente da Mesa da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlamento do Mercosul), Roberto Freire não permitiu que nenhuma grande questão nacional ou internacional passasse batida ao longo de 2011. Sempre externando publicamente seu posicionamento ou do PPS (Partido Popular Socialista), do qual é presidente nacional.

Não existe assunto parlamentar que Roberto Freire não encare, da corrupção que assola o País, cujo maior expoente tem sido o governo federal – que já perdeu, em oito meses, seis mi-

nistros em meio a denúncias de má utilização da verba pública, tráfico de influência, pagamentos e cobranças de propinas, entre outros tantos indícios e provas – até a crise econômica internacional e seus efeitos para o Brasil (desindustrialização, desemprego, endividamento da classe trabalhadora, recessão e inflação).

Debata e expõe suas idéias, evidenciando um político comprometido com o País, que cobra do governo um exercício de fato, do seu papel na promoção de um real desenvolvimento, e coloca a defesa da democracia acima de partidarismos.

Roberto Freire exerce uma oposição de propósitos e princípios.



O difícil trabalho da OPOSIÇÃO

MEDIDAS DE INTERESSE POPULAR SÃO ESMAGADAS PELA MAIORIA GOVERNISTA

Dos 23 partidos com representação no Congresso nacional, 16 fazem parte da base de apoio do governo federal. Na Câmara, os situacionistas representam 62% dos 513 deputados federais. Outros 19% são de siglas que se dizem “neutras”, mas que na prática tendem a votar com o governo. E os outros 19% constituem a oposição de fato. Uma oposição representada pelos partidos PPS, PSol, DEM e PSDB – que em ações conjuntas têm brigado para impedir que o governo federal reine de forma absoluta, ignorando os preceitos constitucionais.

Exemplo disso foi a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) movida pela oposição junto ao Supremo Tribunal Federal contra a proposta de Dilma de fixar o valor do salário mínimo por decreto, ao invés de fixado por lei a ser votada pelo Congresso Nacional, conforme prevê a Constituição.

Outra luta inglória da oposição, entre as principais votações que abriram o ano legislativo na Câmara dos Deputados, foi travada para assegurar à população, já em 2011, um salário mínimo de R\$600,00 em contraposição ao mínimo de R\$545,00, proposto pelo governo.

Apesar de mais este esforço, venceu a proposta do governo. O plenário da Câmara dos Deputados rejeitou por 376 votos a 106 a emenda proposta pelo PSDB, e sete parlamentares se absteram. A emenda do DEM, que pedia o reajuste de R\$ 560, também caiu por 361 votos contra, 120 a favor e 11 abstenções. Uma terceira emenda, proposta pelo PPS, também foi reprovada. A emenda determinava que o grupo interministerial, que fixará o cálculo do salário mínimo entre 2016 e 2019, levasse em consideração medidas para desonerar a cesta básica.

Reforma política. O PPS foi o primeiro partido a apresentar uma proposta, entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, em abril.

A reforma política apresentada pelo PPS prevê, entre outras coisas, a eleição em dois turnos nas cidades com mais de 50 mil eleitores, o fim da reeleição e a adoção do voto distrital misto, que dá ao eleitor a possibilidade de votar duas vezes para deputado e vereador. A proposta aguarda votação na Câmara, que possui uma Comissão Especial de Re-

A reforma política proposta pelo PPS

O PPS apoiou, em 2003, 2007 e 2009, o voto proporcional em listas fechadas. Considerando o descrédito que pesa hoje sobre os partidos, em boa parte fruto da operação da regra atual, e considerando ainda o fato de que boa parte das forças reformistas migrou do apoio à lista fechada para o voto distrital puro, o PPS propõe o **voto distrital misto**, com correção das bancadas conforme o princípio da proporcionalidade.

O voto distrital misto combina vantagens dos dois sistemas puros: fortalece os partidos, representa as minorias e reduz a distância entre representantes e representados. Além disso, a proposta tem potencial para a construção de um acordo entre partidários das listas fechadas e defensores do voto distrital puro. O partido está convencido, a partir da experiência das derrotas anteriores, de que, sem um acordo desse tipo, a conservação da regra atual é certa.

O PPS apoia o **financiamento público não exclusivo** das campanhas eleitorais. Isto é, permite-se a contribuição de pessoas físicas, até o limite de dois mil reais por pleito. Considera que eleições dizem respeito aos cidadãos, pessoas físicas, e não a empresas. O limite de contribuição que a lei estipula hoje é um percentual dos rendimentos do ano anterior, ou seja, quem tem mais contribui com mais recursos para seus candidatos. Assim sendo, o critério do percentual de renda como teto de contribuição consagra a diferença de renda nas eleições. O limite absoluto, proposto pelo PPS, equaliza os eleitores, já iguais no voto, também na possibilidade de contribuição.

O PPS propõe ainda a **proibição de que parlamentares ocupem cargos no Poder Executivo**. No presidencialismo, deve valer o princípio da separação dos poderes.

Além disso, sua proposta de reforma política propõe o **fim das coligações**. Elas distorcem a operação do princípio da proporcionalidade, uma vez que partidos com o mesmo percentual de votos podem obter um número diferente de cadeiras.

O projeto do PPS contempla ainda a proposta de emenda à Constituição que permite o registro de candidatos sem

partido (candidatura avulsa). O Brasil é um dos 14 países no mundo que não permitem que candidatos sem partido concorram a eleições alguma. Ampliar o leque de possibilidades dos eleitores, além de expandir a democracia, estimula a dinâmica das mudanças internas nos partidos existentes.

Para o PPS, a experiência da reeleição deixa como legado a desigualdade que predomina na disputa eleitoral. O candidato mandatário demonstra uma vantagem competitiva quase insuperável nas eleições. Por isso, o PPS defende o retorno ao texto original da Carta de 1988. Isto é, o **fim da reeleição** para os Executivos.

No entanto, o segundo turno nas eleições para o poder executivo mostrou, na prática, suas virtudes democráticas. Por isso, o PPS propõe a adoção do segundo turno nos municípios com mais de 50 mil eleitores, ao invés dos 200 mil atuais. Na prática, isso equivale a aumentar o número de municípios com segundo turno em dez vezes, de cerca de 80 para aproximadamente 800.

Para o caso da suplência dos senadores, o PPS propõe a realização de nova eleição em caso de vaga, concomitante à eleição seguinte à vacância.

O PPS considera ainda que a decisão a respeito de prazo de filiação e de domicílio eleitoral dos candidatos é matéria pertinente apenas aos estatutos de cada partido. A legislação usou esses prazos como remédio para a infidelidade partidária, mas um remédio que na prática mostra-se ineficaz.

Texto baseado no discurso de Roberto Freire em plenário



forma Política. (Veja box no centro)

CSS é mais um imposto.

Entre as pautas de discussão de Roberto Freire constaram também assuntos como a votação em defesa da regulamentação da PEC 29 e contrária à fixação da CSS (Contribuição Social para a Saúde), proposta pelo governo federal.

A primeira determina os gastos na área da saúde, estabelecendo o valor mínimo de 12% do Orçamento para as três esferas, união, estados e municípios. Isso obriga os gestores a destinarem tal porcentagem para investimento direto na saúde, corrigindo distorções e o abandono histórico da saúde, evidenciado pelos baixos índices de investimento na área.

A CSS representa a criação de mais um imposto para a população sob a alegação de financiamento da saúde, que poderia muito bem ser financiada com os impostos já existentes. Para isso basta combater o desperdício do dinheiro público e também a corrupção, conforme declaração de Roberto Freire: “se o governo federal levasse a sério o combate à corrupção, certamente não seria necessária a criação de um novo imposto para financiar a saúde”.

Outra frente de luta de Roberto Freire é a votação contrária à prorrogação da DRU (Desvinculação das Receitas da União), que permite ao governo utilizar livremente 20% dos recursos vinculados pela Constituição a setores específicos. A proposta do governo, que pretendia ampliação da medida até 2015, foi aprovada por votação em segundo turno na Câmara Federal pela base de apoio do governo. A DRU aguarda ainda uma última votação no Senado, prevista para a segunda semana de dezembro, para entrar em vigor. A prorrogação precisa ser aprovada até o final

deste ano legislativo, para que a DRU não perca seu efeito.

“Tais reformas são o marco inicial do processo de reforma democrática do Estado”

@freire_roberto



Além de entrevistas a veículos locais, para prestar contas de seu mandato e esclarecimentos aos eleitores sobre seu posicionamento frente a questões locais, regionais, nacionais ou mundiais, Roberto Freire costuma interagir com seu eleitorado e disponibilizar informações pela internet. Por meio do site (<http://www.robortofreire.org.br>), do seu perfil no Twitter (@freire_roberto) e duas páginas no Facebook, a de fãs (<http://www.facebook.com/DepRoberto-Freire>) e o perfil (<http://www.facebook.com/robortofreire2323>), eleitores, admiradores e adversários de Freire podem acompanhar suas atividades, bem como suas indignações, alegrias e desilusões.

Sua presença on line já foi tema de diversas matérias, tendo sido destacada recentemente pela revista *Isto É*, que publicou um estudo da consultoria Mídialogue, que mediu o nível de interatividade dos brasileiros parlamentares na internet. O estudo constatou que apenas um terço oferece contato por e-mail. Menos de 20% fazem consultas aos eleitores usando enquetes on-line. E só 23% dos senadores atualizam o blog regularmente.

Freire, no entanto, aparece entre os que mais utilizam o twitter para entrar em contato com os eleitores.

No Twitter. Com quase 20 mil mensagens postadas no Twitter, Freire acessa diariamente e responde ao máximo possível daquelas que lhe são dirigidas, inclusive as mais provocativas – e ele costuma dizer que até gosta de ser provocado. O que não tolera nem nas redes nem pessoalmente é agressão e desrespeito. Freire já ultrapassou a marca de 12 mil seguidores

Além do uso regular da Twitcam, o uso de câmera via Twitter, que permite conversar ao vivo com seguidores, a assessoria do deputado publica em seu site, toda quinta-feira, um vídeo no qual o deputado comenta um assunto em maior evidência no momento. A novidade poderia ser considerada uma espécie de artigo oral do deputado, que já publica semanalmente, às sextas-feiras, artigo no jornal *Brasil Econômico* repercutindo, de forma mais aprofundada, temas relevantes da conjuntura política brasileira.

No Facebook. O perfil de Freire no Facebook é outro espaço utilizado pelo parlamentar e seus eleitores para debater principalmente questões da política nacional. O espaço funciona como uma espécie de fórum de discussão, que a partir da postagem de conteúdo e do posicionamento de Freire e do PPS, provocam os internautas para a discussão.

Tais espaços costumam reunir todo tipo de demanda, desde clamores pela moralização da política até sugestões de projetos de leis e pedidos para que o deputado intervenha na realidade de estados e municípios de diferentes regiões do país. No auge da crise envolvendo as denúncias contra Orlando Silva, uma internauta chegou a sugerir que Freire assumisse o Ministério dos Esportes.

Assessoria de Imprensa

Sibele Martins – jornalista MTB: 62.135

Escritório Político Roberto Freire em São Paulo

Rua Cardoso de Almeida, 60 - 15º andar - Perdizes
CEP 05013-000

+55 11 3675.2540 / +55 11 3862.0712

Fax: +55 11 3854.9930

www.robortofreire.org.br

www.pps.org.br

Gabinete Deputado Roberto Freire em Brasília

Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes
CEP 70160-900

Emendas parlamentares

MAIS DE 20 INDICAÇÕES, R\$ 15 MILHÕES PARA SAÚDE E C&T

Em 2011, o deputado Roberto Freire enviou ao Orçamento da União mais de vinte indicações de emendas parlamentares que visam atender demandas da população e que, se aprovadas, irão favorecer o Estado de São Paulo em duas frentes. Duas frentes que são, para Freire, de suma importância para o bem-estar da população e para o desenvolvimento econômico do País: saúde e ciência & tecnologia (C&T).

Autor do Projeto de Lei do Senado nº 257 de 2000, que dispõe sobre incentivo à pesquisa e à inovação tecnológica, Freire pretende dedicar em seu mandato cada vez mais atenção a esses dois campos tão carentes de investimentos.

R\$ 7 milhões.

Um total de R\$ 7 milhões foi indicado em emendas para aplicação na saúde pública paulista, buscando contemplar muitas regiões do Estado.

Assim, as santas casas de Paulo de Faria, Riolândia, Monte Aprazível, José Bonifácio e Fernandópolis poderão receber R\$200 mil cada.

A APAE de Ribeirão Preto (R\$ 300 mil) e a Santa Casa de Franca (R\$ 200 mil) deverão investir esses recursos na compra de equipamentos médicos e no atendimento a excepcionais.

Já o Hospital das Clínicas de Campinas, hospital universitário pertencente à Unicamp, deverá receber R\$500 mil para a compra de equipamentos médicos e aparelhos.

Um verba de R\$ 600 mil está destinada às prefeituras municipais de Pindamonhangaba (R\$300 mil), Caraguatatuba (R\$200 mil) e Ilhabela (R\$100 mil), para a compra de equipamentos hospitalares.

À Santa Casa de São Roque estão destinados R\$100 mil e para a região oeste do Estado, R\$500 mil, contemplando as santas casas de Dracena (R\$300 mil) e de Garça (R\$100

mil). Para a prefeitura de Tarabai estão previstos R\$100 mil para aquisição de equipamentos hospitalares.

Na Baixada Santista, R\$1,1 milhão será distribuído entre a santa casa de Santos (R\$500 mil), a prefeitura de Santos (R\$300 mil), para

a compra de mamógrafos, e prefeitura de Peruíbe (R\$300 mil) equipamentos da rede básica de saúde.

Na capital paulista, Freire destinou um total de R\$2,2 milhões para a saúde dos paulistanos, sendo: Santa Casa de São Paulo (R\$ 500 mil), prefeitura de São Paulo (R\$1,5 milhão) e GRAAC São Paulo – Grupo de Apoio ao Adolescente e a Criança com Câncer (R\$ 200 mil), para compra de equipamentos.

C&T. O Vale do

Ribeira, a região mais pobre do estado, deverá receber um aporte de R\$ 1 milhão por meio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia para investimento no desenvolvimento da produção local e da agricultura familiar.

Ainda na área de C&T, outra contribuição do parlamentar para o município de São Paulo foi a indicação do investimento de R\$7 milhões para a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) para a aplicação em pesquisas referentes ao desenvolvimento de estudos sobre genoma, banda larga e incubadoras tecnológicas.

No âmbito nacional, Freire destinou ao Hospital Sarah Kubistchek R\$300 mil a serem aplicados no atendimento a pessoas com problemas locomotores.

As emendas aguardam ainda votação na Câmara que deve ocorrer até o final de dezembro. Todas as emendas indicadas são para execução em 2012.



Freire em visita à Santa Casa de São Paulo

Preocupação com o Interior

Roberto Freire costuma viajar ao interior de São Paulo, para inteirar-se dos problemas comuns aos municípios e às questões locais. Um exemplo disso é a região Presidente Prudente, que abriga dezoito unidades prisionais. Em Prudente e Pindorama, o parlamentar discutiu com a população essa questão e defendeu a criação de uma política compensatória para os municípios que recebem presídios.

Uma das primeiras providências a serem tomadas para compensação dessas cidades é um aumento na assistência social e medidas de transferência de renda para ampliação de melhorias como educação, entre outras, que possam compensar a presença de presídios. Além, é claro, de um reforço no investimento em segurança pública nas cidades”, afirmou Freire. Destacou ainda que São Paulo é um estado que cuida bem da segurança, “possui mais da metade da população carcerária do País e mantém os menores índices de violência. Não podemos impedir a criação de presídios, pois são medidas que contribuem para reduzir a violência. Além disso, eles precisam estar em algum lugar. O que falta é a criação de políticas compensatórias.”



Freire em Presidente Prudente: exigem-se políticas compensatórias para os municípios com presídios.

Pela moralização da POLÍTICA

SÃO TANTAS AS PRÁTICAS ILÍCITAS COM DINHEIRO PÚBLICO QUE FREIRE DEFENDE UMA CPI DA CORRUPÇÃO

Conhecido por sua seriedade e considerado um dos políticos mais influentes do País na atualidade, em setembro deste ano Roberto Freire foi eleito pela 14ª vez consecutiva um dos “100 Cabeças do Congresso Nacional” pelo DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), na categoria “formador de opinião”. Freire dedicou boa parte do ano à cobrança de explicações do governo federal a cada ministro alvejado por denúncias de corrupção e, também, o aprofundamento das investigações, recorrendo a órgãos como Polícia Federal, Ministério Público Federal e Procuradoria Geral da República (PGR). Recorreu até mesmo à Receita Federal no caso de Palocci, que teve seu patrimônio aumentado em vinte vezes nos últimos quatro anos de maneira inexplicável.

Foram tantas as denúncias e evidências de práticas ilícitas utilizando dinheiro público ou aproveitando-se de uma posição privilegiada para negociação de vantagens e benefícios próprios contra integrantes do governo federal durante este ano, que Freire passou a defender a instalação de uma CPI da Corrupção para averiguar tais denúncias. E até mesmo uma reforma ministerial imediata, a fim de livrar o País da paralisia que o vitima, liberando o governo e a sociedade brasileira para o debate e tratamento de questões relevantes, como crise econômica, apagão aéreo, apagão energético e código florestal.

Medidas Provisórias.

Outro ponto foi a votação de medidas provisórias referentes à flexibilização de licitações para contratação de serviços e obras para a Copa do Mundo em 2014, abrindo precedentes para fraudes e obras superfaturadas. “Precisamos impedir que a Copa do Mundo seja mais um meio para desvios de verbas, enriquecimentos ilícitos e sustento da corrupção generalizada no qual o governo está mergulhado.

Radicalismo democrático

Defensor radical da democracia, principal valor que movia o PCB (Partido Comunista Brasileiro), que chegou a atuar na clandestinidade para poder garantir tal direito à sociedade e que move também o PPS, Freire criticou duramente as medidas autoritárias impostas pelo Governo Dilma/PT. Entre elas, o uso indiscriminado de Medidas Provisórias (MPs) e também a tentativa de governar por decretos, dificultando que a oposição cumpra com seu papel. Criticou também a atual situação do Congresso, totalmente cooptado e submisso ao governo.

Esta situação anula a função das casas legislativas, Câmara e Senado, que é a de fiscalizar do Poder Executivo, debater a constitucionalidade das leis, a efetividade de certas medidas e, claro, defende os interesses dos cidadãos brasileiros residentes nos Estados por eles representados, deixando toda a responsabilidade do cumprimento destes preceitos para a oposição de fato.

“Democracia é, antes de tudo, o sistema de governo da divergência, da contradição, em que o papel da minoria é fundamental para a sua própria existência. Ao buscar suprimir do Parlamento o debate de uma questão funda-

mental para a maioria dos brasileiros, nossa presidente imperial tenta, de forma transversa, governar por decreto e impor a vontade do Executivo, à revelia de preceitos constitucionais”, diz Roberto Freire.

O mesmo ocorre também com órgãos como a UNE (União Nacional dos Estudantes) e movimentos sindicais Brasil afora. Ao invés de cumprirem com seu papel, representando suas categorias específicas e lutando em favor delas, viraram meros aparelhos, que funcionam como extensão do governo Lula/Dilma/PT.

O papel de oposição é função cumprida com afincamento, orgulho e satisfação por Freire, que não deixa de denunciar a tendência autoritária do governo.

Apesar de ter sua eficácia reduzida de forma drástica, haja vista a desproporcionalidade entre oposição e situação (a bancada do PPS, por exemplo, é composta por 12 deputados) evidenciada também pelos dados apresentados anteriormente, Freire e os demais líderes da oposição continuam firmes e atuantes. Não perdem o foco e, principalmente, se mantêm conscientes da importância do seu trabalho no desenvolvimento do país e na defesa dos interesses da população.



“ Todo cuidado é pouco com o demônio do fascismo ”

Temos um Ministério Público que contesta e uma Polícia Federal que investiga, mas infelizmente, uma sociedade que assiste a tudo sem se manifestar. Mas o apoio da sociedade à CPI da Corrupção é fundamental”, declara Freire.

Reforma ministerial.

Outra proposta de Roberto Freire, a reforma ministerial exigiria ser realizada antes daquela anunciada para janeiro pelo governo federal, incluindo a Ficha Limpa para ministros entre as principais medidas.

O objetivo de Roberto Freire é uma faxina efetiva que expurgue do interior do governo federal os corruptos, pondo fim aos absurdos dos desvios e da prevaricação com o dinheiro público.

“Como nosso sistema é presidencialista, a única coisa que podemos fazer é exigir uma ampla e profunda reforma administrativa que tenha como pressuposto a radical diminuição do número de ministérios e sua ocupação por pessoas de ficha limpa. Além disso, uma legislação que efetivamente puna os corruptos, que os obrigue a devolver os recursos públicos desviados, que os torne inelegíveis para cargo público e que privilegie técnicos e gestores concursados na ocupação de posições estratégicas, ao invés de militantes e apadrinhados partidários.”

Freire reconduzido à presidência do PPS

No encerramento do XVII Congresso do PPS, em 11 de dezembro, em São Paulo, foram eleitos os novos membros do Diretório Nacional do PPS, com a recondução de Roberto Freire à presidência da legenda para o biênio 2012/2013

A chapa Presidente Itamar Franco, única apresentada no congresso, recebeu apenas um voto contrário. Freire disse que o novo diretório mantém vínculos com os diretórios regionais, com renovação no quadro de dirigentes e também continuidade em relação ao atual.